

# Cobrança por água deve causar impacto

Agência Nacional de Águas deve começar a cobrar por captação no rio São Francisco ainda este ano

Fotos: Arquivo



O principal argumento da agência para efetuar a cobrança é de que os efeitos da medida vão ajudar a preservar o rio da integração nacional



Para os moradores ribeirinhos, é um privilégio viver às margens do rio

## Valores serão assimiláveis, diz ANA

A própria ANA prevê que, sob o ponto de vista dos usuários de recursos hídricos, os impactos da cobrança pela captação das águas do Rio São Francisco seriam assimiláveis. "De acordo com estudos realizados, em 2007, a cobrança sobre as despesas totais da Casal, por exemplo, será de apenas 1,74%. Já o impacto sobre os custos de produção da irrigação variam de apenas 0,11% a 1,84%", contabilizou, o gerente de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos da ANA, Patrick Thomas.

Os valores das águas da Bacia do São Francisco ainda não estão definidos, mas a cobrança, que a ANA afirma não se tratar de imposto e sim pagamento pela utilização do bem público, deverá

ser fixado a partir de um pacto entre os usuários de água, sociedade civil e poder público, no âmbito do Comitê de Bacia, com o apoio técnico da Agência. "A ANA implementa a cobrança em rios de domínio da União seguindo os normativos definidos pelos Comitês de Bacia por meio de Deliberações referendadas por Resoluções do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. A cobrança incidirá sobre a captação de água bruta, consumo de água bruta e lançamento de carga orgânica", explicou ele, adiantando, porém, que os valores serão diferenciados em função da classe de enquadramento dos usuários, sendo os produtores rurais os que pagarão menos.

(Continua na página A18)

### Flávia Batista

Repórter

Sob a alegação de controlar o uso dos recursos hídricos disponíveis e de educar ambientalmente a população, além de aumentar o potencial de recursos financeiros para revitalizar as bacias hidrográficas, a Agência Nacional de Águas (ANA) está prestes a fazer valer a Lei 9.433, de 1997, a conhecida Lei das Águas, e passar a cobrar pela captação de água e lançamento de efluentes no Rio São Francisco. A norma já é utilizada em outras bacias no Sudeste do País, a exemplo do Paraíba do Sul, Piracicaba, Capivari e Jundiá. Alagoas, e os outros quatro estados que são cortados pelo Velho Chico, podem começar a receber a cobrança já no segundo semestre deste ano, ou no mais tardar em 2010, caso o Comitê da Bacia do São Francisco ache que o instrumento de gestão é viável.

Estarão sujeitos à cobrança todos os usuários da bacia do São Francisco e aqui estão incluídos indústrias, Compa-

nhia de Abastecimento e Saneamento de Alagoas (Casal), irrigantes de todos os portes, agronegócios e qualquer outra finalidade que utilize as águas do rio ou de seus afluentes. Os valores cobrados referem-se não só a captação mas também ao lançamento.

Para a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), que tem projetos desenvolvidos integrados ao rio, o impacto desta cobrança não deverá ser sentido diretamente pelo usuário. Segundo Telmo Menezes, gerente de Revitalização da Bacia Hidrográfica do São Francisco, a companhia já entrou com pedido de outorga, junto a ANA, e o valor pago, se passado à tarifa cobrada aos usuários, não trará grandes prejuízos. "Já fizemos um levantamento para identificar qual a vazão utilizada nos projetos e, com estes números, pedimos outorga para garantir a continuidade da utilização. Ainda não sabemos se estes valores serão repassados aos usuários e nem de que forma", adiantou Menezes.



# Recursos arrecadados não seriam suficientes para projetos ambientais

A cobrança pela captação das águas das bacias hidrográficas, principalmente das regiões mais desenvolvidas do País, a exemplo do Vale do Paraíba, é um instrumento de boa rentabilidade. E a ANA já pôde comprovar isso, visto que, só no ano passado, o pagamento pelo uso de águas nas bacias do Paraíba do Sul e Piracicaba, Capivari e Jundiá rendeu aos cofres públicos a cifra de R\$ 24,6 milhões. "A cobrança é um dos instrumentos de gestão dos recursos hídricos que tem o objetivo de estimular o uso racional da água e a recuperação e preservação dos mananciais das bacias", justificou Thomas.

Segundo Valmir Pedrosa, professor do Programa de Mestrado de Recursos Hídricos e Saneamento da Universidade Federal de

Alagoas (Ufal), embora os fundos arrecadados tenham o propósito nobre de promover obras de revitalização da bacia hidrográfica, os valores cobrados não serão suficientes para promover as obras de que o rio carece. "A ideia é dar preço ao bem público para educar ambientalmente as pessoas. Quanto mais se usa a água, quanto mais se joga efluentes no rio, mais terá de pagar. O problema é que o dinheiro não será suficiente para promover as intervenções necessárias", opinou o professor.

Ele defende a ideia de que a principal vantagem é a de educar pelo bolso, já que as grandes indústrias, principalmente, vão racionalizar tanto o uso quanto a emissão de agentes poluentes. Mas Pedrosa não acredita que a cobrança seja um mecanismo eficiente

para o objetivo ao qual se propõe. "A lei determina que o dinheiro tem de ser revertido na construção de estações de tratamento de esgoto, em projetos de recuperação de mata ciliar e de programas de educação da população. Tudo isso custa muito dinheiro", argumenta.

A cobrança pela utilização do corpo hídrico gera, ainda, outro problema aos usuários. Assim como acontece em outras bacias, os inadimplentes serão inscritos no Cadastro Informativo dos Créditos Não Quitados de Órgãos e Entidades Federais (Cadin) e na Dívida Ativa da União, ficando impedidos de receber verbas do governo federal, o que pode se transformar numa bola de neve, já que muitos pequenos agricultores da região são subsidiados por programas federais. (E.B.)



Com 255 quilômetros de extensão, o Canal do Sertão se torna uma realidade no Semiárido alagoano

## Outorga isenta Canal do Sertão

Dentro da celeuma da cobrança pela utilização das águas do Rio São Francisco, o Canal do Sertão tem algumas prerrogativas que podem garantir o sucesso do projeto que beneficiará municípios do Sertão e do Agreste alagoano, em uma extensão de 255 quilômetros.

O Canal do Sertão alagoano dispõe de uma outorga preventiva emitida pela ANA de cerca de 7,8 milhões de m<sup>3</sup>/mês. As outorgas preventivas, como explicou Patrick Thomas, são um tipo específico de outorga que reserva uma parcela da água do rio para uso futuro, quando o empreendedor deverá solicitar à ANA a transformação de sua outorga preventiva em outorga de direito de uso. "Caso o governo de Alagoas faça a opção por solicitar a renovação dessa outorga preventiva, não estará sujeito à cobrança pelo uso de recursos hídricos, uma vez que, de acordo com as discussões sobre cobrança que vêm ocorrendo no Comitê da Bacia do Rio São Francisco, não há opção por desenvolver uma metodologia de cobrança para esse tipo de outorga", explicou.

Entretanto, quando da implantação do canal adutor, a ANA poderá emitir a outorga de direito de uso de recursos hídricos e passar a cobrar o valor anualmente pela captação das

águas do Rio São Francisco, o que deverá custar aos cofres estaduais um valor entre R\$ 200 mil e R\$ 400 mil anualmente, a depender das quantidades de água que estiverem sendo usadas para abastecimento humano e para atividades agropecuárias.

Atualmente, a Casal retira do Rio São Francisco uma vazão de 1.800m<sup>3</sup> por hora para abastecer os municípios da Bacia Leiteira, no Agreste. Caso as estimativas de mercado se concretizem e o valor cobrado pelo metro cúbico custe R\$ 0,01, só a Bacia Leiteira representará para Casal um custo médio de R\$ 13 mil mensais.

"Certamente alguém terá de pagar por este ônus e a conta do usuário final deve sofrer o impacto, mesmo que pequeno. Mas, se pensarmos no bem social que o Canal do Sertão re-

presenta, isso fica pequeno diante tamanho benefício", afirmou Jamerson Cavalcante de Lima, superintendente de Planejamentos e Projetos da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

O alcance social do projeto do Canal do Sertão aliás, é um dos motivos pelos quais o coordenador do Plano de Gestão do Canal do Sertão, Ricardo Aragão, defende como exagerada a cobrança pelo uso dos recursos hídricos do Velho Chico. "Há de existir sensibilidade no pro-

cesso de cobrança, que não deve ser feito de forma linear, mas observando a capacidade que as populações têm de pagar", afirmou.

Segundo Aragão, não se pode negar que o São Francisco corta regiões onde o nível de desenvolvimento está muito aquém do presenciado no Sudeste brasileiro, especificamente o Sertão alagoano. É nesta região, aliás, onde a cobrança pela captação da água bruta pode gerar maior impacto. "É um exagero cobrar, até porque isso pode assumir uma postura inibidora do desenvolvimento da região. Temos de pensar em água como elemento incentivador do desenvolvimento econômico das regiões. Há formas de educar para o uso racional da água", defendeu, afirmando que o governo do Estado já assumiu a posição política pela não cobrança do uso das águas do Rio São Francisco.

Segundo ele, ainda não está definido dentro do plano de gestão do canal quem assumirá o ônus da cobrança, caso ela venha a se concretizar.

Entretanto, o governo de Alagoas já assumiu o compromisso de suportar os custos de manutenção e operação do Canal do Sertão durante os primeiros três a cinco anos de funcionamento. "Este é o tempo de desenvolver ações de capacitação com os agricultores que serão beneficiados pela obra. Tempo de eles aprenderem as técnicas específicas para desenvolverem com sucesso suas atividades", garantiu. (E.B.)

**Governo de Alagoas deve bancar custos do canal por um tempo determinado**



Para Valmir Pedrosa, mecanismo não é eficiente



No meio da caatinga, rio é um oásis para a diversão